

Questionamentos sobre a natureza institucional da PUC-SP

Prof. Luiz Eduardo W. Wanderley

Encaminho dois textos, que são complementares, e foram elaborados para responder a algumas questões:

- A natureza institucional da PUC-SP é algo consolidado e diferenciado no conjunto das IES brasileiras?
- As suas marcas distintivas – uma Universidade confessional, comunitária, filantrópica, sem fins lucrativos – estão bem conceituadas e são devidamente conhecidas e implementadas?
- Mesmo sendo uma instituição particular, ela pode reivindicar uma presença pública?
- Segundo um modelo utilizado em outros países e tendo em vista uma situação que vigorou no passado, ela pode solicitar recursos do Estado?

O primeiro texto parte da constatação que a PUC-SP traçou uma trajetória diferenciada no conjunto das IES, a qual deve balizar o seu futuro.

Para assegurar uma identidade própria, por meio de teorizações e práticas de convencimento interno e externo, ela conseguiu se distinguir das chamadas privadas lucrativas e firmar o seu caráter de **instituição sem fins lucrativos**.

Mas era preciso ir além. Assim, progressivamente, ela foi se configurando como uma **universidade confessional, comunitária e filantrópica**. Uma configuração que é reconhecida por instâncias oficiais (MEC, CNE, SESU), pelo conjunto de todas as IES do país com restrições, e pelos setores majoritários dos três segmentos internos (com as dissonâncias naturais).

Essa condição é também contemplada por um determinado subconjunto das IES nacionais, com o mesmo reconhecimento.

Apesar desse quadro, persistem questões de fundo e dúvidas que requerem uma visão mais ampla e abrangente, e avaliações finas.

Um primeiro ponto nesse contexto reside na necessidade de um conhecimento que poderá advir de um processo de difusão massiva de documentos da nossa história particular, da Igreja Católica, e dos projetos de educação superior das últimas décadas, que condicionaram e condicionam a realidade atual. Uma sugestão nesse sentido é a de que, por meio de divulgação (via internet e outros meios) e de debates específicos essa história seja conhecida por todos os interessados.

Um segundo ponto diz respeito a alguns comentários já feitos sobre o tema em geral (no PDI, no Projeto de Redesenho Institucional, no Plano da atual gestão, entre outros), que, do mesmo modo, precisam ser conhecidos; e uns poucos comentários de minha autoria, aqui apresentados.

O segundo texto procura encontrar um melhor entendimento de uma dimensão que se pretende seja inerente à esse subconjunto de IES, como a nossa, quando se diz que ela presta **serviços públicos, tem vocação pública, responde a interesse público**. Essa assertiva exige uma explicitação do sentido de público.

Num segundo momento, o texto traz subsídios que abrem horizontes e perspectivas, ou seja, a possibilidade de se constituírem num modelo que nomeio de **público não-estatal**. Trata-se de uma abordagem que foi implementada na administração pública e com a criação das OSCIPS, mas com uma visão e conteúdo divergentes da minha proposta.

Constata-se que é um tema complexo, que precisa aprofundamento, gerador de categorias analíticas que suscitam potencialidades e incompreensões, diálogos e polêmicas acirradas (de resto, normais na esfera acadêmica).

Além da imperiosa necessidade de uma maior precisão conceitual e avaliação das conseqüências que traz, uma questão dela derivada, e essa sim um tópico que levanta, ademais, maiores controvérsias e mesmo antagonismos, se centra em se analisar se ela (e outras que optassem pelo mesmo caminho, o que torna o quadro ainda mais delicado), poderia ou não receber recursos do Estado (conforme exemplos existentes em diversos países do mundo). A eventual possibilidade está imperiosamente vinculada ao estabelecimento de mecanismos ou salvaguardas, como exposto num dos itens constantes do texto, e que, se aceitos, deverão ser normatizados em legislação própria.

Observação: os dois textos foram publicados anteriormente, com acentos distintos, em algumas publicações, e são aqui apresentados com modificações e acréscimos.

I. A natureza institucional da PUC-SP: confessional, comunitária, filantrópica, sem fins lucrativos

Num passado não tão remoto, com a finalidade de se distinguir das instituições privadas lucrativas, um subconjunto de entidades particulares – sem fins lucrativos – fez esforços no sentido de serem caracterizadas por um perfil diferenciado. Paulatinamente, com aceitação dessa identidade nas próprias comunidades e, depois, legitimada pelos órgãos do MEC, elas ficaram conhecidas como “filantrópicas e comunitárias”. E no caso das católicas e protestantes em particular, com um atributo a mais, ou seja, o de “confessionais”. Apesar dessa construção, cada uma destas dimensões está solicitando uma maior explicitação, compreensão e conceituação. Um estudo histórico de como esta configuração foi sendo instituída na PUC de São Paulo é um elemento relevante, que escapa aos limites deste texto (tema que pode ser encontrado em diversas publicações de colegas sobre a nossa Universidade).

No intuito de trazer subsídios para o entendimento dessa configuração, levanto a seguir uns poucos tópicos que clamam por uma análise mais fina e um aprofundamento teórico e prático, envolvendo todos os interessados no ensino superior.

Na *dimensão confessional*, trata-se de compatibilizar os princípios e normas de cada confissão religiosa, à qual as IES estão adstritas, com aqueles que regem a natureza dos centros e universidades envolvidas: podendo-se destacar, entre outros, a autonomia universitária, a liberdade de pensamento e de expressão, o pluralismo cultural e religioso.

No documento PDI (2005: 02), essa dimensão se expressa nos seguintes termos: a PUC-SP *orienta-se pelos princípios da doutrina e moral cristãs*, e define-se pelas “Diretrizes e

Normas para as Universidades Católicas da CNBB, que é a de servir à humanidade e à Igreja, segundo valores revelados na mensagem salvífica de Cristo, fomentando o diálogo entre razão e fé, Evangelho e Cultura. Nesse sentido, ela deve favorecer o encontro da Igreja com a comunidade científica e acadêmica, ajudando a responder aos graves problemas de nosso tempo. À luz da Revelação e guiada pelo esforço da inteligência, deve consagrar-se sem reservas à *"investigação livre, responsável, corajosa e alegre da verdade sobre o universo, em todos os seus aspectos e em seu nexos essencial com a Verdade Suprema, Deus"*. Por uma dedicação incansável, aprofundar o conhecimento do significado e valor da pessoa humana, através do ensino, pesquisa e extensão, e proclamação da verdade, *"valor fundamental, sem o qual se extingue a liberdade, a justiça e a dignidade"*.

Essa dimensão talvez seja a mais polemizada num plano mais geral, pelos impactos causados, desde um passado longínquo, no nosso país e em outras regiões do mundo. Dentre eles, registram-se: aceitação ou não do ensino religioso nas escolas públicas; uso de símbolos (cruz, vestimentas, espaços de oração, cânticos etc.) nas dependências internas; interferências externas de autoridades religiosas controlando as concepções e ações, principalmente dos docentes no campo teológico, mas não só; acatamento das normas religiosas de cada confissão presentes ou não nos estatutos das Mantenedoras; e assim por diante.

Constata-se em geral (nas escolas e IES confessionais católicas), e na nossa Universidade em particular: de um lado um grande desconhecimento dos conteúdos e implicações desta especificidade, e até mesmo, o que causa espécie, sua rejeição; e do outro um contraste entre aquilo que é ensinado e aquilo que é levado da formação recebida pelos formandos em seu cotidiano. Avaliações genéricas sobre eles aferem que seus valores e práticas, com raras exceções, não condizem com os ensinamentos católicos, o que se pode constatar com exemplos na vida familiar, profissional e política, tais como os

da aplicação antagônica do que consta nas orientações traçadas, seja pelas encíclicas e documentos episcopais, seja pela doutrina social da Igreja Católica.

Na situação particular da PUC-SP, um problema contínuo, e ampliado no presente, diz respeito ao relacionamento com a Fundação São Paulo: os estudos em curso nas instâncias decisórias são um passo positivo, pois, como dizem os membros da Comissão do CONSUN sobre reformas dos Estatutos da PUC-SP, em 30/10/2006, há uma “relação instável e indefinida com a Mantenedora”. Um conhecimento desses estudos é imprescindível.

Nesta esfera, uma ferramenta útil tem sido a do diálogo institucionalizado entre a teologia e as ciências e as artes, além de pesquisas sobre religião entre membros dos três segmentos. Em certas IES, com destaque na PUC-SP, a existência de Departamentos e Programas de pós-graduação em ciências da religião tem constituído espaços inovadores desse diálogo. Nesta esfera, os caminhos precisam ser mais bem decifrados, e há muito por esclarecer e avançar.

Na *dimensão comunitária*, ela se abre para dois focos: um interno e outro externo. No foco interno, considerando a composição heterogênea de cada um dos três segmentos envolvidos no plano endógeno (docentes, discentes e funcionários), por sua estruturação ancorada em diversos indicadores (origem social, renda, educação, gênero, capacitação, experiência na vida universitária, etc.), e em posições teóricas e práticas que mostram algumas convergências ao lado de divergências expressivas, em sentido amplo pode-se falar em *uma comunidade interna*. No entanto, se além dessa caracterização atentarmos para a dinâmica social em cada instância (departamento, faculdade, centro e demais instâncias acadêmicas e administrativas), nas quais se encontram visões díspares de universidade e diversidades explícitas em certos aspectos da sociedade, ela se desdobra em *várias comunidades internas*, e a busca de

traços comuns para se constituir uma comunidade puquiiana mais homogênea é um desafio recorrente.

Nesse plano das “comunidades internas”, para que haja uma integração de princípios, valores, objetivos, práticas, uma primeira exigência se centra numa vivência democrática efetiva, no qual todas as pessoas e os segmentos, e principalmente os grupos mais organizados, tenham uma vivência cotidiana de construção comunitária (um desiderato complexo, pela heterogeneidade presente). O que exige, pois, concepções claras e lúcidas do que seja universidade, diálogo constante, participação ativa, informações verídicas e públicas etc.

No foco externo, é que me parece faltam análises mais sistemáticas e abrangentes do seu significado. Um primeiro tópico deve partir de como a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se inscreve na sociedade inclusiva. O mote do compromisso social também não tem sido incorporado de forma mais precisa e atendendo com coerência à própria história singular puquiiana. Mas ele é fundamental. Nesse ponto, vale recordar de um debate interno no passado sobre o conceito de *serviços*, utilizado durante alguns anos (ver, por exemplo, a publicação *A PUC-SP em serviços*, na gestão de Nadir Kfoury); posteriormente, houve a incorporação do termo *extensão*, aceito quase universalmente nas referências universitárias. Um segundo tópico compreende a inserção, por vias concretas, no bairro e na região onde a instituição esteja inserida (o que pode e deve incluir uma inserção municipal, estadual, nacional e mesmo internacional). Não bastam desenvolver alguns projetos de extensão nas “comunidades” circundantes (sem ignorar que o termo comunidade, nesses casos, é ainda mais complexo e ambivalente), nem o mero discurso comunitário, mas se necessita uma compreensão profunda de seu significado, meios operacionais para a sua aplicabilidade, avaliações sistemáticas de sua consecução. Podendo-se prever, como existe em certas propostas, contidas inclusive

no atual projeto de reforma do ensino superior encaminhada ao Congresso Nacional, a possibilidade de permitir uma representação democrática da “comunidade externa” no funcionamento da vida universitária de cada instituição em particular. Experiências passadas, em nossa Universidade, de receber representantes de fora (se não me falha a memória, com pessoas representando o empresariado e os trabalhadores) em colegiados, não foi satisfatória.

Na *dimensão filantrópica*, para ficar isenta do pagamento de alguns tributos, é sabido que uma IES que queira receber o certificado oficial deve responder a certos requisitos. Para obter a isenção fiscal que ela oferece, exige-se basicamente a entrega de um número expressivo de bolsas aos estudantes, e serviços na área social (por exemplo, atendimento gratuito no hospital universitário). Tiveram ampla divulgação certas questões acopladas a esta dimensão, pelos problemas gerados: quais devem ser os critérios precisos para uma avaliação rigorosa sobre o seu cumprimento; como impedir o recebimento indevido do certificado por instituições que não detêm o perfil requerido, inclusive as de cunho lucrativo, o que forjou a expressão “pilantrópicas”. Neste ponto, cabe exigir uma melhor precisão dos requisitos, e avaliações externas competentes.

Ela se acopla diretamente com a questão crucial do formato *sem fins lucrativos* e de como solucioná-la com a gestão econômico-financeira. Dada a expansão da PUC-SP e a complexidade de suas atividades, há um consenso de que algumas reformas profundas nesta área são imperativas e urgentes. A manutenção baseada exclusivamente ou quase totalmente em mensalidades, pelas experiências vivenciadas em outros países e no Brasil, não é condizente. A prática de recebimento de recursos de ex-alunos (por doações etc.), ponderável em volume de recursos na tradição cultural de

alguns países, é difícil de ganhar peso político no Brasil e, no nosso caso, para ser implementada, vai exigir uma mobilização e conscientização de longo prazo. A tendência predominante e em vigência na maioria das IES particulares é a de copiar o modelo de gestão empresarial. Se ele traz resultados imediatos com o uso de mecanismos de qualidade total e da visão de organizações com o foco no empreendedorismo, a meu juízo essa solução não condiz com a natureza universitária e com o objetivo de interesse público e de compromisso social na linha almejada por segmentos expressivos em seu seio. Medidas de outra natureza, do tipo parcerias com IES nacionais ou do exterior, fundos públicos (ver o item sobre sustentabilidade no segundo texto), verbas provenientes de grandes projetos de prestação de serviços (para governos e empresas basicamente), e outras do gênero, apresentam potencialidades e enormes dificuldades a curto prazo.

Vale um registro de um fator básico, conhecido e pouco salientado, sobre uma das dificuldades ponderáveis da situação econômico-financeira, causadora inicial da dívida crescente no passado e no presente. Ela é paradoxal quando se pretende ser efetivamente uma universidade: trata-se da carreira de magistério (com tempo para atendimento de alunos e realização de pesquisas basicamente, além de propiciar um acréscimo salarial em cada etapa ascendente – assistente, assistente-doutor, associado, titular), pilar indispensável para assegurar a qualidade do ensino. Sua implantação na PUC-SP, como se sabe, a diferencia da maioria das IES privadas lucrativas, mas não só, que contratam professores por hora-aula, e que numa lógica mercadológica vem demitindo sem mais os professores que se titulam. Com relação a esta causa da dívida, este fato não a exime de críticas sobre as estratégias adotadas pelas várias gestões, com falhas e reformas fragmentadas, mais uma razão para um debate profundo.

Pelos efeitos de monta que gera no cotidiano puquiano (dívida, salários, acordos internos, despesas de infraestrutura, investimentos etc.), esta questão é sempre premente, motivo de tensões e discórdias. Sem dúvida, ela merece uma atenção especial na construção do futuro. A referida Comissão de reforma estatutária aponta a “inadequação das estruturas acadêmico-administrativas do ponto de vista da sustentabilidade financeira”. Uma sugestão está em programar debates que tenham por pressuposto o envio de *propostas concretas sobre alternativas viáveis* para a questão.

A vocação pública da PUC-SP

Desde logo, para evitar mal-entendidos espalhados pela PUC-SP, estas idéias, como foi afirmado, complementam necessariamente as expostas no texto sobre a natureza dela como confessional, comunitária, filantrópica e sem fins lucrativos. Ou seja, essa identidade é a reconhecida, interna e externamente, tem base histórica, e necessita um entendimento mais preciso, objetivo que pretendi expor no texto específico. Se como anunciado, a PUC-SP tem por missão uma vocação pública, busca prestar serviços públicos e responder ao interesse público, fins previstos em distintos documentos oficiais das autoridades competentes, é preciso esclarecimentos mais consistentes sobre o seu significado: minha intenção exposta na parte inicial do presente texto, a seguir. Num segundo momento, o que trago para o debate, sem nenhuma posição apriorística, é o seguinte questionamento: (a) se a PUC-SP deseja ou não incorporar mais uma dimensão nessa definição da sua natureza, provavelmente gerando um processo que abarca novos elementos no formato prevaiente e que, se presume, pode ter efeitos mais imediatos; (b) ou se ela pretende perseguir um novo formato enraizado numa nova concepção, o que vai exigir maiores esforços e romper barreiras, além de vontade

política, mobilização nas esferas governamentais e nas IES, negociações no âmbito interno, podendo-se prever um tempo bem mais longo.

Idéias sobre o público

Desde logo, vejamos uns poucos tópicos sobre a conceituação de *público*, ponto de partida indispensável para o entendimento do *público não-estatal*, e para a distinção entre *público e estatal*. As idéias aqui expostas foram retiradas de uma publicação anterior, com alterações (Wanderley e Raichelis, 2004).

A *conceituação de público* tem larga tradição histórica que permite contrastar dois modelos canônicos: o espaço público grego e o espaço público moderno (Wanderley, 1996). As grandes linhas que marcam as transformações estruturais da esfera pública são estudadas por Habermas (1984) e não cabe aqui retomá-las. No entanto, desse período de longa duração, vale ressaltar uma dinâmica crescente de interpenetração do público pelo privado e vice-versa. Por um lado, tem havido a *publicização do privado*, quer pela intervenção dos poderes públicos na regulação da economia, quer pelo aumento da intervenção estatal em todos os domínios sociais, incluindo a regulação dos comportamentos dos indivíduos. E por outro, uma *privatização do público*, expressa pela apropriação privada dos recursos públicos, pelos contratos coletivos entre organizações sindicais, pelas coalizões partidárias etc. (Bobbio, 1987). Segundo Habermas (1984:167), a inter-relação dialética das duas tendências assinala a decadência da dimensão pública: “(...) *ela penetra esferas cada vez mais extensas da sociedade e, ao mesmo tempo, perde a sua função política, ou seja, submeter os fatos tornados públicos ao controle de um público crítico*”.

No caso dos países latino-americanos, a vasta literatura acumulada pelo pensamento político crítico aponta para a existência de diferentes modalidades de combinação entre o

estatal e o privado na formação e desenvolvimento do capitalismo no continente, expressando uma verdadeira simbiose entre o público e o privado na conformação dos Estados nacionais.

O resultado é a pouca presença de esfera pública em que os diferentes interesses sociais pudessem estar representados no plano das decisões políticas. O intenso processo de privatização e de feudalização dos Estados nacionais na América Latina revela o processo de modernidade inconclusa, que associou continuamente patrimônio e poder, gerando a *cultura de apropriação do público pelo privado*.

Em decorrência, as concepções polares e reducionistas que opõem Estado e mercado, Estado e sociedade, economia e política precisam ser revistas à luz dos processos históricos por meio dos quais o estatal e o privado mesclaram-se de tal forma a impedir a consolidação da esfera pública. Assim, na crise atual vivida pelos países da América Latina, imbricam-se novos e antigos problemas não equacionados, ameaçando de erosão a frágil noção de público, que nem chegou efetivamente a constituir-se em patamares mais sólidos.

A construção da esfera pública apresenta-se, assim, como um imenso desafio, tendo em vista a dissociação entre Nação e Estado, ou a Nação que não se reconhece no Estado." *A constituição, na América Latina, de Estados sem cidadãos implica que a existência de um poder político central não correspondeu à criação de uma nação, entendida como a construção de uma sociabilidade minimamente necessária para legitimar o exercício deste poder. Esta é a crise de governabilidade que temos enfrentado durante todo este século, com diferentes feições "* (Fleury, 1994:235).

Nesses termos, a existência da esfera pública supõe um movimento de *publicização* das ações públicas na direção da construção de uma nova institucionalidade que implica a criação de espaços públicos, nos quais sujeitos sociais

investidos de representatividade social possam disputar lugares de reconhecimento político de suas demandas.

A publicização configura assim, um processo que impregna o tecido social, direcionado pela correlação de forças políticas que se estabelece entre atores sociais e que permite mobilizar espaços de representação, interlocução e negociação. Envolve, portanto, novas formas de articulação entre Estado e sociedade civil, em que interesses coletivos possam ser explicitados e confrontados.

A esfera pública, da forma como a estamos concebendo, precisa ser construída e tecida nas relações entre Estado e sociedade civil, e no interior dessas duas instâncias de poder, no sentido de ultrapassar a dicotomia estatal-privado, com a instauração de uma esfera capaz de introduzir transformações nos âmbitos estatizados e privados da vida social, resultando daí um novo processo de interlocução e decisão públicas.

Ou seja, cada vez mais o público não se reduz ao estatal, nem este é capaz, pelo processo de privatização que ocorre nesta esfera, de representar o interesse público. Por outro lado, o privado também não se reduz à esfera puramente mercantil, pois aglutina um variado número de sujeitos, movimentos e organizações sociais, que atuam como mediadores políticos, quando vocalizam demandas coletivas que necessitam confluir para arenas públicas de interlocução, em que diferentes projetos possam ser debatidos e negociados, criando-se condições para a explicitação dos conflitos e viabilização de consensos.

Por meio da publicização, criam-se assim possibilidades de superar a visão tão arraigada no pensamento político que concebe Estado e sociedade como instituições polares envolvidas em um jogo de soma zero, em que apenas se vislumbram ganhadores ou perdedores.

Na observação de Diniz (1999:99): "*Segundo o paradigma tecnocrático, amplamente dominante, a meta da eficácia da ação governamental, entendida em termos de maximização da autonomia do círculo restrito que controla as decisões, tendo em vista a consecução dos resultados almejados, sobrepor-se-ia a todas as demais considerações de natureza ética ou política. Questões como o universalismo de procedimentos, a publicidade das ações e dos critérios administrativos, a responsabilidade pública dos decisores, os requisitos democráticos da consulta e da negociação ficariam em segundo plano, a despeito da amplitude dos interesses envolvidos*".

Reduz-se, assim, a viabilidade de conformação de esferas públicas democráticas, por meio das quais a sociedade civil organizada possa penetrar a institucionalidade estatal, inserir suas demandas, interferir nos modos em que a coisa pública é gerida e administrada, e exercer o controle social sobre as decisões que lhes dizem respeito.

Assim, a expressão esfera pública (utilizaremos indistintamente esfera e espaço público com o mesmo sentido) é aqui adotada num significado abrangente que engloba as relações entre o econômico e o político, o estatal e o privado, o público não-estatal. A esfera pública é concebida como inerente à democracia, cujo princípio organizativo está jungido à liberdade de expressão, contendo dimensões políticas e culturais, espaço aberto no qual se exprimem todos aqueles que se autorizam a falar publicamente.

Cunill Grau (1998), em estudo sobre o público na ótica das relações entre o Estado e a sociedade, propõe dois significados para a noção de público: um topográfico e outro normativo.

Em seu significado *normativo*, o conceito de público remete ao interesse de todos e ao reconhecimento do direito de todos

à participação na coisa pública. Isso interpela a sociedade e não apenas o Estado.

Em seu sentido *topográfico*, o conceito de público considera os espaços em que ele pode ser realizado. Assim, indaga Cunill Grau: "Onde são adotadas as decisões que interessam a todos? A quem cabe produzir e proteger os bens públicos?".

Em outros termos, perguntamos: quem opera a universalização da cidadania, dos direitos, deveres e obrigações?

A própria *sociedade civil* que, na perspectiva neoliberal, é reduzida a um conjunto de organizações sociais, disseminando-se a imagem de uma sociedade auto-regulada através do mercado, que torna supérfluo e até indesejável o Estado, conduzindo à anulação da política?

Devemos considerar que a visão neoliberal, da forma como tem se expressado em vários países da América Latina, reconhece e até estimula a auto-organização da sociedade civil, mas acaba reforçando a defesa de interesses particularistas, pulverizando a organização de sujeitos políticos coletivos, e substituindo-os pela ação de grupos de pressão ou *lobbies*, bloqueando, assim, a constituição de esferas públicas como instâncias mediadoras e globalizadoras da política.

Ou o *Estado* autonomizado da sociedade e protegido das pressões do jogo da política, para preservar a racionalidade burocrática do reduzido círculo de decisores e anular os mecanismos de controle social?

Essa visão, segundo Diniz, se levada às últimas conseqüências, conduziria a reforma do Estado a um impasse teórico, pois apontaria a incompatibilidade entre eficiência estatal e fortalecimento democrático.

"É como se a governabilidade das economias de mercado na era da globalização e a plenitude democrática obedecessem a lógicas antagônicas, a maximização do primeiro tipo de objetivo implicando o sacrifício do segundo" (Diniz, 1999:100).

Se as questões de universalização da cidadania tradicionalmente remetem ao Estado, cada vez mais, pelas razões que vimos expondo, interpelam a sociedade, ainda mais no contexto atual de reforma do Estado, em que crescentemente são transferidas responsabilidades públicas estatais para organizações sociais, incluindo-se aí o chamado terceiro setor.

A perspectiva adotada é, pois, que o conceito de público remete crescentemente tanto ao Estado quanto à sociedade, em um mesmo movimento, simultaneamente complementar e contraditório.

Mas, como já observado, o público não é um dado *a priori*, mas uma construção social, um resultado a ser alcançado na luta política democrática. *"O Estado é virtualmente considerado (...) como espaço de realização do público, mas só na medida em que represente a sociedade e possibilite que ela se desenvolva. Por outro lado, o público remete à auto-realização da sociedade e, portanto, aponta para a possibilidade de que as necessidades coletivas sejam autonomamente satisfeitas a partir da sociedade, mas sem que isto implique que o Estado abdique de suas responsabilidades. Assim, pois, por este enfoque, o nó crítico a ser investigado é o caráter das relações entre Estado e sociedade, com a sociedade – não o Estado – no papel de protagonista"* (Cunill Grau, op.cit., p.275).

Considerando esse quadro, tanto o controle da sociedade organizada sobre o Estado quanto os espaços em que esse controle se realiza são peças-chaves na constituição da esfera pública, e supõe a criação de uma cultura política que institua

a alteridade, ou seja, a sociedade dotada de representação e protagonismo.

Cabe, então, questionar sobre as possibilidades de constituição de entidades de natureza jurídica privadas, que prestam serviços públicos. E como questão, mais polêmica no Brasil, pois em diversos países pelo mundo ela já é uma realidade, se elas podem receber recursos públicos-estatais, sob determinadas condições. Na seqüência do texto, trago comentários sobre estas possibilidades.

Notas sobre o público não-estatal

O debate atual sobre a PUC-SP suscita reflexões sobre modelos conceituais e formatos institucionais, antigos e novos. Vou abordar a seguir o do “público não-estatal”. Ele procura superar as alternativas em discussão sobre a estatização e a privatização, diferenciar o público do estatal, avançar na questão da recepção de recursos públicos por instituições particulares.

Destaco, aqui, uma constelação de atributos que definem essa opção, a qual remete para a sua aplicabilidade nas relações entre Estado e sociedade civil, na elaboração das políticas públicas, e que será analisado – nos limites deste texto – apenas referido às universidades em geral, e à PUC-SP em especial. Ciente, ademais, que cada um deles deve ser melhor elaborado, teórica e praticamente. Além de reconhecer que outros atributos podem ser somados, tais como, o da autonomia.

Universalidade. Objetiva o atendimento de toda a população de uma nação, a ser efetivado nas políticas públicas (de desenvolvimento, de saúde, de educação etc.). Nas IES, criar condições de acesso de estudantes de todas as classes e setores sociais. As propostas de cotas, de vagas para quem

freqüentou os níveis anteriores de ensino no sistema público, o Prouni, são exemplos, ainda muito restritos para o alcance pretendido. No caso puquiano, além destas medidas, podem ser pensadas várias alternativas: cursos gratuitos, mensalidades diferenciadas para os distintos cursos, distribuição equilibrada de bolsas, serviços em escolas nos bairros, educação à distância etc. Algumas delas foram e estão sendo encaminhadas, requerendo divulgação para uma avaliação ampla.

Visibilidade social. Supõe transparência nas ações governamentais e dos distintos atores sociais, publicidade e fidedignidade das informações que orientam as deliberações. Para ilustrar com as atividades governamentais e dos Parlamentos, os acontecimentos sobre “balcão de negócios”, “mensalão”, “sanguessugas”, “inquéritos e CPIs”, e o tratamento generalizado dado pela mídia dominante no período eleitoral e na abordagem desses acontecimentos, tudo demonstra à sociedade os enormes obstáculos para garantir a visibilidade. No espaço universitário, os segmentos – docentes, discentes, funcionários – devem ser informados com precisão. As decisões dos colegiados devem ser divulgadas para que todos as conheçam. Na presente crise da PUC-SP, uma falha maior se fixou exatamente neste ponto, os critérios para a solução da dívida não foram claros e alguns permanecem desconhecidos. Um aperfeiçoamento dos meios de comunicação no interior da universidade é fundamental, como também estabelecer meios para que a comunidade interna conheça a dinâmica e as decisões da Fundação São Paulo sobre a Universidade, e para normatizar os vínculos entre a Mantenedora e a Universidade de forma precisa. O debate sobre a reforma estatutária da Fundação e sobre o redesenho institucional, em andamento na nossa Universidade, surge como um passo relevante nesta direção.

Controle social. Significa acesso de instâncias governamentais e da sociedade civil no controle das regras e aplicação de recursos, fiscalização competente. Mecanismos de prestação

de contas mais eficientes são necessários. Exemplos de repercussão são os embates na aprovação ou não de orçamentos pelos Tribunais de Contas, as novas formas de gestão provenientes dos conselhos gestores, dos orçamentos participativos, as denúncias veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Nas IES, além das avaliações vigentes de diversas modalidades, internas e das agências governamentais (CAPES, CNPq, FAPESP), aumentam os mecanismos de avaliação institucional. Uma possível participação de membros da SBPC, Associações Nacionais (do tipo ANPOCS, ANPED etc.) – em colegiados deliberativos e/ou consultivos a se estudar – pode ser valiosa. Na PUC-SP, é preciso perfazer os controles dos colegiados, das associações; medidas de avaliação institucional continuada, como as que estão em andamento, são importantes.

Cultura pública. Vem da cultura cívica, que tem origem na família, escola, igreja, mídia. Baseia-se no conhecimento e exercício constante. Supõe superação da “cultura privatista” de apropriação do público pelo privado, do autoritarismo, do fisiologismo, do paternalismo, vigentes historicamente na sociedade brasileira. Nas universidades, em geral, e na PUC-SP com suas peculiaridades, é preciso resgatar seu significado histórico de centro de cultura (e não apenas de lugar de formação profissional para o mercado), bem como tomar conhecimento e valorizar todas as formas culturais (culturas acadêmica, popular, artística, de massa, o senso comum, etc.). Por outro lado, exige-se respeitar as regras acadêmicas, saber conviver com o diferente, diálogo pluralista, defesa do patrimônio etc. Na PUC-SP, essa cultura vem oscilando entre concepções e práticas culturais efetivamente públicas e, num sentido contrário, numa convivência nem sempre harmoniosa, podendo-se destacar atitudes e comportamentos de indisciplina, de desrespeito às opiniões discordantes, às vezes em nome de posturas político-ideológicas, etc.; um exemplo corriqueiro nesta direção, qual seja o de manter silêncio nos lugares públicos, em respeito às atividades normais da

comunidade, tem sido permanentemente ignorado. Neste atributo, é preciso perseguir novos caminhos.

Democratização. Tem origem na cultura cívica indicada. Requer meios efetivos de construção da cidadania, mecanismos de participação, sistemas de representação, diálogo que implique compatibilizar conflito e consenso, debates públicos. Implica em saber distinguir entre democracia política, econômica, social, e como modo de vida. Nas universidades, ela se expressa nas relações do cotidiano, na participação ativa de todos os interessados em todos os espaços, nos processos amplos de escolha dos dirigentes. No desenvolvimento de formas de gestão que assegurem governança e governabilidade. Na PUC-SP, a democratização foi uma conquista histórica, tensa e rica, que propiciou eleições para todos os cargos, diálogos sistemáticos entre instâncias, gestão compartilhada. No negativo, confusões entre democratismo e democratização real, corporativismo das associações e instâncias acadêmicas e administrativas, falhas no cumprimento de tarefas contratuais. Redefinir regras e procedimentos, e inovar nos meios e mecanismos, são tarefas urgentes.

Sustentabilidade. Significa um processo constante de reprodução institucional, um equilíbrio entre os objetivos e o orçamento. Dificuldades extremas neste campo vêm abalando as IES chamadas públicas e as discussões sobre fontes de recursos e sua aplicação – se com ampla autonomia ou não – são conhecidas. No caso da PUC-SP, chegou ao tsunami dos últimos meses. Demanda uma gestão competente e um planejamento estratégico lúcido e viável; ademais de obtenção de recursos em fontes privadas e públicas, sugere-se ter presente a alternativa de parcerias com instituições, nacionais e internacionais, desde que não a descaracterizem.

Compromisso social. Que se concretiza no ensino, na pesquisa e na extensão. Requer conhecimentos críticos e saberes sobre a realidade. Formar profissionais e homens de cultura,

humanistas e atores do desenvolvimento sustentável. Prestar serviços, principalmente aos setores sociais mais vulneráveis. Um exemplo valioso derivado do diálogo entre algumas IES (com presença ímpar da PUC-SP) e organismos da Sociedade Civil foi e tem sido o da trajetória da UNITRABALHO. Algo parecido, que propus em certos âmbitos, seria o da constituição de um formato similar, mas com as nuances próprias, em relação às ONGs, um ator de forte presença nos círculos locais, nacionais e mundiais: uma UNIONG pode ser um caminho válido. Neste âmbito, a PUC-SP tem prestado serviços valiosos e pode avançar muito mais.

Todos estes atributos devem ser conquistados, implementados, e de modo coordenado entre eles. Uma premissa que permeia essa concepção se centra na exigência de que as IES apresentem qualidade comprovada no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Pouquíssimas IES atingiram o patamar mínimo para serem reconhecidas como públicas, e como públicas não-estatais. A PUC-SP deu passos importantes nesse sentido, mas necessita reformas profundas. Para ostentarem esta condição, considerando o atributo *sustentabilidade* por exemplo, além dos recursos tradicionais (obtidos por meio de bolsas, pesquisas, eventos, doações etc.), que já possuem critérios firmados e consensuais, no caso da recepção de recursos públicos, a fundo perdido, as IES particulares pretendentes precisam, obrigatoriamente:

(a) ostentar de modo nítido e sem subterfúgios os atributos citados e que eles compareçam de forma articulada; e

(b) apresentar *salvaguardas* claras, tais como:

- aceitar o controle social enunciado;
- os recursos públicos recebidos devem ser avaliados por Comissões externas (com representantes da Sociedade Civil e do Estado);
- esses recursos não podem ser aplicados em patrimônio, mas nas atividades-fim;

- oferecer um número expressivo de vagas gratuitas para alunos provenientes do sistema público de ensino;
- assegurar a carreira de magistério;
- aperfeiçoar a qualidade na formação, e os critérios de avaliação institucional;
- entre outras.

No caso da PUC-SP, no ano 1987, um projeto inovador, elaborado entre ela e a USP, e que foi aprovado pelos respectivos Conselhos Universitários, trazia elementos nessa direção; aceito pela Fundação São Paulo e pelo Grão Chanceler Dom Paulo Arns, foi apresentado ao governador Quércia (pois dependia de aprovação pela Assembléia Legislativa), mas não teve seguimento.

Os caminhos não estão traçados aprioristicamente, os problemas são graves, as dificuldades enormes. Faz-se necessário uma dose de realismo utópico, de criatividade, de audácia política. Espera-se uma conscientização e mobilização de todos aqueles que construíram a nossa Universidade, e de todos aqueles que acreditam numa PUC-SP de qualidade, madura, democrática, para que reflitam em seus âmbitos de atuação, de forma organizada e sistemática, sobre o seu futuro, e apresentem projetos aplicáveis nas condições dadas.

Bibliografia

- ANDES. Várias publicações.
- APROPUC. *Uma experiência democrática: o caso da PUC/SP*. São Paulo: Cortez, 1981.
- _____. Números da revista *PUC VIVA*. São Paulo: PUC-SP. Tenho artigos sobre a PUC-SP nos números 5 e 6, em 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade – para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1987.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos e CUNNIL GRAU, Núria (orgs.). *O*

público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CASALI, Alípio. *Universidade católica no Brasil: elite intelectual para a restauração da Igreja*. São Paulo: PUC-SP, tese de doutorado.

CERQUEIRA LEITE, R. C. de. *As sete pragas da universidade brasileira*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

CHAUÍ, Marilena de S. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CUNILL GRAU, Núria. *Repensando o público através da sociedade – novas formas de gestão pública e representação social*. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Enap, 1998.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou Revolução?* São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

_____. Os dilemas da reforma universitária consentida. *Debate e Crítica*, 1.42, jan./jun. 1972 (2).

FEURY, Sônia. *Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro, Fiocruz: 1994.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 1984.

NAGAMINE, José Massafumi. *Universidade e compromisso social: a experiência da reforma da PUC de São Paulo*. São Paulo: EDUC; Campinas: Autores Associados, 1997.

MASETTO, Marcos. *A relação professor-aluno na proposta educacional do Primeiro Ciclo da PUCSP para as áreas das ciências humanas e educação*. São Paulo, 1975.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo/Brasília: Cortez/Unesco, 2000.

RAICHELIS, Raquel e WANDERLEY, L. E. W. Desafios de uma

gestão pública democrática na integração regional. *Serviço Social & Sociedade*, 78, Ano XXV, julho de 2004. São Paulo: Cortez.

RIBEIRO, Darci. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 2ª. ed.

UNITRABALHO. *Cadernos UNITRABALHO*. Vários volumes. S.Paulo.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *O que é universidade*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 9ª. ed.

_____. Democratização universitária: o caso da PUC – São Paulo. *Educação Brasileira*, Ano VIII. N. 16. Brasília: CRUB, 1986.

_____, Desafios da democratização universitária. *Lua Nova*, Vol. 4, N. 1. São Paulo: CEDEC, 1987.

_____. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público. *São Paulo em perspectiva*, V. 10, N. 4. São Paulo, SEADE, out.-dez. 1996.

_____. Criação de novas universidades: um processo à Brasileira. *Revista Brasileira de Educação* N. 8. São Paulo: ANPED, maio/jun./jul/ago. 1998.

_____. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. *Serviço Social & Sociedade* 81, Ano XXVI, Março 2005. São Paulo: Cortez.